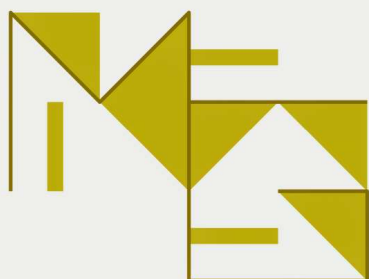




FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

06 a 10 de outubro
2025



Cenário Político

A semana no Congresso Nacional será marcada pela corrida contra o tempo para votar a Medida Provisória (MP) das taxações, que perde a validade já nesta quarta-feira, e pela tentativa do presidente da Câmara, Hugo Motta, de emplacar uma "agenda positiva" focada em segurança pública, para deixar para trás o desgaste com a PEC da Blindagem.

A MP 1.303, que tributa apostas e aplicações financeiras, é crucial para a arrecadação do governo, mas enfrenta forte resistência. Apelidada de "liquidificador", a proposta é vista como um amontoado de temas impopulares e corre sério risco de caducar sem ser votada, o que representaria uma nova e dura derrota para a equipe econômica do governo.

Para se contrapor ao clima de crise e retomar o protagonismo, a Câmara foca em uma "agenda da segurança", com a previsão de votar em regime de urgência um pacote de oito projetos que endurecem penas e combatem o crime organizado. Em paralelo, o Conselho de Ética deve instaurar processos disciplinares contra deputados bolsonaristas envolvidos no "motim" de agosto, em um movimento de endurecimento da presidência da Casa.

Enquanto isso, outras pautas importantes seguem em compasso de espera. A oposição continua a pressionar pela votação do PL da Anistia, e no União Brasil, a novela sobre a permanência do ministro Celso Sabino (Turismo) no governo ganha um novo capítulo, com a Executiva Nacional do partido se reunindo na quarta-feira para discutir sua possível expulsão.

O Dilema de Sabino

O Palácio do Planalto está negociando uma "trégua" com a federação União-PP para tentar manter os ministros Celso Sabino (Turismo) e André Fufuca (Esporte) no governo. A articulação, no entanto, esbarra na posição irredutível do União Brasil, que marcou para a próxima quarta-feira (8) uma reunião de sua Executiva Nacional para votar a expulsão de Sabino do partido por infidelidade partidária.



Perspectiva semanal

Emissários do governo, como a ministra Gleisi Hoffmann, procuraram a cúpula da federação em busca de um acordo, argumentando que é possível negociar alianças estaduais para 2026 e que um conflito aberto seria prejudicial para ambos os lados.

O União Brasil, contudo, estabeleceu um novo prazo para que Sabino deixe o cargo até terça-feira (7). O ministro resiste à saída, pois a pasta do Turismo é uma vitrine importante para sua pré-candidatura ao Senado em 2026, especialmente com a proximidade da COP30 em Belém. Caso não renuncie, além da expulsão, o partido ameaça dissolver o diretório do União Brasil no Pará, comandado por ele.

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



O governo obteve uma importante vitória legislativa com a aprovação do projeto de lei que isenta do Imposto de Renda os contribuintes que ganham até R\$ 5 mil por mês. A medida, uma aposta do Palácio do Planalto para impulsionar a popularidade do presidente, seguirá agora para a análise do Senado Federal.

Em outra frente, foi concluída no Senado a votação do projeto de lei que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), parte da regulamentação da Reforma Tributária. A matéria agora retorna para a análise da Câmara dos Deputados.

ECONOMIA



A produção industrial brasileira cresceu 0,8% em agosto na comparação com julho (na série com ajuste sazonal), segundo dados divulgados pelo IBGE. No entanto, em relação ao mesmo mês de 2024, a indústria registrou uma queda de 0,7%.

No acumulado do ano, a indústria apresenta uma alta de 0,9%. Já no acumulado em 12 meses, o crescimento foi de 1,6%, indicando uma desaceleração em relação ao avanço de 1,9% registrado até julho. O índice de Média Móvel Trimestral também apontou alta de 0,3% em agosto.

SOCIAL



A taxa de desemprego no Brasil permaneceu estável em 5,6% no trimestre encerrado em agosto, segundo dados divulgados pelo IBGE. O indicador é o mesmo registrado no trimestre anterior, finalizado em julho.

O patamar atual, no entanto, representa uma queda de 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a taxa de desocupação estava em 6,6%.

PL da Dosimetria

O projeto de lei que reduz as penas para os condenados por atos golpistas, conhecido como "PL da Dosimetria", segue sem acordo na Câmara, mas enfrenta forte pressão de setores da oposição e do Centrão para ser votado no plenário já nesta semana. Uma definição sobre a pauta é esperada para esta terça-feira, quando o presidente da Casa, Hugo Motta, se reúne com os líderes partidários.

O impasse se dá em torno de duas propostas conflitantes. O relator, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), propõe um texto focado na redução das penas, mas a oposição bolsonarista, liderada pelo PL, rejeita essa abordagem e planeja apresentar um relatório substitutivo para tentar aprovar a anistia total. Isso cria uma dificuldade para o texto do relator, já que tanto o PL (que exige anistia ampla) quanto o PT (que rejeita qualquer benefício) indicam que votarão contra a mera redução de penas.

O principal entrave para a votação, contudo, é a desconfiança da Câmara em relação ao Senado. Deputados temem aprovar o texto e vê-lo ser arquivado pelos senadores, como ocorreu com a "PEC da Blindagem". Sem uma garantia prévia do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de que a matéria irá tramitar, a Câmara hesita em assumir o desgaste político de votar o projeto.

Notícias da Semana



Centrão avança nos estados e projeta mais candidaturas aos governos em 2026

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★



Sabino enfrenta caciques do União para permanecer no governo Lula

CNN



Reforma administrativa já é dada como assunto para 2027 na Câmara

veja



Hugo Motta repete 'modelo Lira' ao multiplicar urgências e acelerar votações para conter desgaste político

O GLOBO



Governo Lula enfrenta resistência para passar MP fiscal

PODER 360



PEC da Segurança: peritos conseguem emenda para tentar incluir Polícia Científica na Constituição

ESTADÃO 



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (06) - 11h - Local : Plenário n° 9

PDL 1/2025 – Susta o decreto que regulamenta o uso da força por agentes de segurança pública

PDL 1/2025 - Sen. Mecias de Jesus (REPUBLIC-PP) - Susta os efeitos do Decreto n° 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Relator: Senador Hamilton Mourão (REPUBLIC-RS)

Parecer: Favorável ao PDL n° 1 de 2025 e pela prejudicialidade dos PDLs n°s 2, 10 e 29 de 2025.

**Até o momento da
elaboração desta
agenda, a pauta do
Plenário da Câmara dos
Deputados não foi
publicada.**

Comissão Especial PEC 18/2025

Terça-feira (07) - 10h - Local : Anexo II, Plenário 07

A - Audiência Pública, com o tema: Sistema Penitenciário e atuação de organizações criminosas em presídios", com os convidados:

CRISTIANO TAVARES TORQUATO, Diretor Jurídico da Associação Nacional da Polícia Penal Federal - ANPPF (Confirmado) - REQ 5 e 7

LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAUJO, Secretário de Estado de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado do Ceará (confirmado por videoconferência) - REQ 58

PAULO ROGÉRIO SILVA, Presidente da Federação Interestadual dos Policiais Penais e Servidores Penitenciários do Brasil (Confirmado) - REQ 1

(REQ 1/2025, do deputado Capitão Alden; REQ 5/2025, do deputado Alberto Fraga; REQ 7/2025, da deputada Delegada Ione; REQ 58/2025, do deputado Mendonça Filho)

B - Deliberação de requerimentos (estão sujeitos a pauta os requerimentos apresentados até 24h do horário da reunião)

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (07) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 4579/2024 - Destina 50% das multas por infrações à Lei Anticorrupção para o combate à corrupção

PL 4579/2024 - Duda Ramos (MDB-RR) e outros - Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre a destinação de recursos para o combate à corrupção no âmbito da União.

Relator: Delegado Ramagem (PL-RJ)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*